

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Indiana opera predominantemente em redes de concessionárias de veículos, por intermédio de seus corretores e parceiras com as associações dos distribuidores para melhor proteger os compradores de veículos nas vendas convencionadas.

Resultados e Evolução Patrimonial

A carteira de seguros de Auto, que representa 97% das operações, atingiu a marca de 252.000 veículos segurados. Acumulando outras linhas de negócios, registramos o total de R\$356 milhões de prêmios emitidos. Para sustentar essa operação, a Indiana conta com ativos de R\$585 milhões e reservas de R\$313,8 milhões.

O patrimônio líquido de R\$153 milhões apresentou crescimento de 13% em relação ao período de 31 de dezembro 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava ágio pago decorrente da expectativa de lucros futuros no valor de R\$169 milhões, durante o exercício de 2012 a Companhia reavaliou a metodologia de cálculo da recuperação do ágio e identificou um impairment de 100% do seu valor já efetivos no exercício anterior, em 31 de dezembro de 2011. Em virtude desse cenário, a Companhia realizou o ajuste revertendo 100% do ágio registrado no ativo intangível contra o resultado no exercício de 2011, além do imposto diferido registrado no passivo respectivo a essa operação. Adicionalmente, para fins de apresentação, a administração reapresentou os saldos de 31 de dezembro de 2011 para demonstrar os efeitos da reversão do ágio no balanço daquele período. (Nota Explicativa nº 2.b.).

Proximidade e compromisso com o mercado brasileiro

Em 2012 o Grupo Liberty, Seguradora Oficial da Copa do Mundo da FIFA de 2014, apresentou sua primeira campanha de comunicação integrada com a temática do futebol, utilizando o capitão pentacampeão Cafu como embaixador e com investimento de 17 milhões de reais. A campanha trouxe o tema da

responsabilidade compartilhada, sensibilizando para o fato de que todos os brasileiros responsáveis por realizar no Brasil a melhor Copa de todos os tempos. O Grupo Liberty aumentou seu investimento em Responsabilidade Social com ações de engajamento e sensibilização para a temática da Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana, iniciando um projeto piloto na comunidade de Itaquera em São Paulo.

Compromisso com nossos clientes, corretores e funcionários

Em 2012 mantivemos nosso constante compromisso de investir no relacionamento com os nossos 1.300.000 clientes atendendo uma média de 60 mil sinistros e assistências ao mês, realizando vitórias em até 24 horas e solucionando aproximadamente 80% dos chamados realizados por nossos 17.000 corretores em até 30 segundos. O foco no desenvolvimento do nosso capital humano foi prioridade em 2012, com mais de 45 mil horas de treinamento para nossos 1.500 funcionários espalhados por todo o país.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013

Balancos Patrimoniais em 31/12/2012, 2011 e 2010

Ativo	Notas Explic.	Balancos Patrimoniais em 31/12/2012, 2011 e 2010			Passivo	Notas Explic.	Balancos Patrimoniais em 31/12/2012, 2011 e 2010		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011			31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante		251.592	270.293	295.332	Circulante	339.502	354.124	342.349	
Disponível	5.2. e 6.	6.838	2.795	5.205	Contas a pagar	24.712	29.065	44.067	
Caixa e bancos	5.2. e 6.	6.838	2.795	5.205	Obrigações a pagar	2.063	1.816	5.631	
Equivalente de caixa	5.2. e 6.	5.036	12.382	21.929	Impostos e encargos sociais a recolher	7.674	7.622	9.254	
Aplicações	5.2. e 7.	56.257	58.741	76.682	Encargos trabalhistas	1.182	1.205	1.189	
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2.	103.521	109.405	111.008	Impostos e contribuições	3.083	1.970	267	
Prêmios a receber	8.	101.475	108.321	107.692	Outras contas a pagar	11.610	16.452	27.726	
Operações com seguradoras		1.407	1.040	1.033	Débitos de operações com seguros e resseguros	22.292	25.279	21.887	
Operações com resseguradoras		639	44	2.283	Prêmios a restituir	40	558	(460)	
Outros créditos operac.	5.2.	4.466	9.077	9.163	Operações com seguradoras	1	1	1	
Ativos de resseguro e retrocessão - prov. técnicas	5.2.	6.536	5.840	4.763	Operações com resseguradoras	1.872	2.362	2.828	
Titulos e créditos a receber		5.805	5.326	5.306	Corretores de seguros e resseguros	20.379	22.358	19.518	
Titulos e cred. a receber		625	144	222	Depósitos de terceiros	1.166	746	176	
Créditos tribut. e previd.	9.	887	111	831	Provisões técnicas - seguros	291.332	299.034	276.219	
Outros créditos	10.2.	4.293	5.071	4.253	Danos	284.185	295.855	269.695	
Outros valores e bens	10.3.	10.664	11.230	10.767	Pessoas	7.147	3.179	6.524	
Bens a venda	10.3.	10.336	10.898	10.300	Reservas de capital	92.227	80.240	77.600	
Outros valores		328	332	467	Passivo não circulante	686	725	15.553	
Despesas antecipadas	5.5.	1.284	3.085	2.611	Contas a pagar	686	725	15.553	
Custos de aquisição diferidos	11.	51.185	52.412	47.898	Tributos diferidos	686	725	15.553	
Seguros		51.185	52.412	47.898	Provisões técnicas - seguros	22.429	20.399	14.008	
Ativo não circulante		333.409	299.951	387.463	Danos	18.526	17.064	11.483	
Realizável a longo prazo		327.181	292.528	209.521	Pessoas	3.903	3.335	2.525	
Aplicações	5.2. e 7.	199.210	179.724	117.755	Outros débitos	69.112	59.116	48.039	
Ativos de resseg. e retrocessão - prov. técnicas	5.2.	3.807	4.120	2.302	Provisões judiciais	69.112	59.116	48.039	
Titulos e créditos a receber		114.028	99.003	83.008	Patrimônio líquido	153.272	135.880	262.846	
Créditos tributários e previdenciários	9.	42.248	35.674	31.383	Capital social	111.199	111.199	109.410	
Dep. judiciais e fiscais	10.1.	71.604	63.185	51.490	Reserva de capital (em aprovação)	44	169.202	(35.000)	
Outros créditos operac.	10.2.	176	144	135	Reservas de reavaliação	18.	1.021	1.198	
Custos de aquis. diferidos	11.	10.136	9.681	6.456	Reservas de lucros	18.	37.034	18.304	
Seguros		10.136	9.681	6.456	Ajuste de avaliação patrimonial	3.974	2.043	(273)	
Investimentos		330	377	397	Prejuízos acumulados	-	(165.948)	-	
Imóveis destinados a renda		330	348	368	Total do Passivo	585.001	570.244	682.795	
Outros investimentos		-	29	29					
Imobilizado	12.	4.247	5.498	7.010					
Imóveis de uso próprio		2.418	2.557	2.696					
Bens móveis		1.829	2.941	4.179					
Outras imobilizações		-	-	135					
Intangível	5.5. e 13.	1.496	1.311	170.328					
Outros intangíveis		1.496	1.311	170.328					
Diferido	5.5. e 13.	155	237	207					
Total do Ativo		585.001	570.244	682.795					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

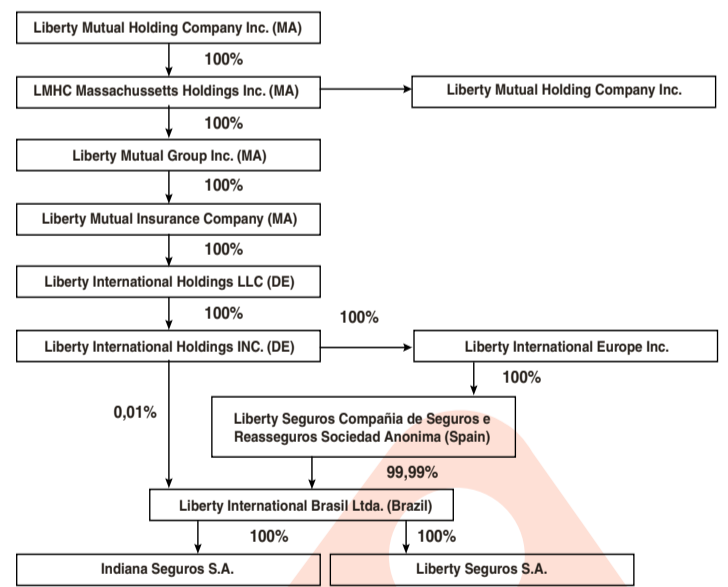
Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011

Descrição	Reserva de lucros							Ajustes com títulos e valores mobiliários		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Redução do capital (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva estatutária	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2011	109.410	(35.000)	169.207	1.198	16.933	1.371	-	(273)	-	262.846	
Aprovação aumento de capital conforme Portaria SUSEP 4236 de 14 de outubro de 2011	1.789	(1.789)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Capital em aprovação - AGE 28/02/2011	-	34.600	-	-	-	-	-	-	-	34.600	
Capital em aprovação - AGE 01/06/2011	-	2.189	-	-	-	-	-	-	-	2.189	
Reserva de reavaliação:											
Realização	-	-	-	(118)	-	-	-	-	118	-	
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	2.316	-	2.316	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(166.066)	(166.066)	
Outras reservas de capital	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(5)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	111.199	-	169.202	1.080	16.933	1.371	2.043	(165.948)	135.880		
Reserva de capital:											
Outras reservas de capital	-	-	(169.158)	-	3.108	161	-	-	165.889	-	
Reserva de reavaliação:											
Realização	-	-	-	(59)	-	-	-	-	59	-	
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	1.931	-	1.931	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	15.461	15.461	
Reserva de lucros	-	-	-	-	14.688	773	-	-	(15.461)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	111.199	-	44	1.021	34.729	2.305	3.974	-	153.272		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011

1. Contexto operacional: A Indiana Seguros S.A. (doravante "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. A Indiana Seguros S.A. integra o grupo Liberty Mutual, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Boston, Estados Unidos. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. A Liberty Mutual criou a Liberty International, que por sua vez possui 100% das ações da Indiana Seguros S.A. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Indiana Seguros:



Em 2008, a holding do grupo, Liberty International Brasil Ltda., concretizou a aquisição da Indiana Seguros S.A., empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros dos ramos elementares e de vida. Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Companhia oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: • Automóveis; • Vida em grupo; e • Outros ramos. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. A exposição e gerenciamento desses riscos estão divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram autorizadas para emissão pela administração em 22 de fevereiro de 2013. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor. **a) Declaração de conformidade:** Em 05 de março de 2012, foi emitida a Circular SUSEP nº 430/12 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa Circular altera os anexos aprovados pela resolução CNSP nº 86/02 e revoga as Circulares SUSEP nº 424/11 e nº 426/11. As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430/12 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em ativos ou passivos circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem aos critérios estabelecidos pelo "CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis", foram classificados como não circulantes.

As cifras de períodos anteriores, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas pela Companhia para efeitos comparativos, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	Circ. 430 31/12/2011	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Circ. 424 31/12/2011
Circulante	270.293	-	-	270.293
Disponível	2.795	-	-	2.795
Caixa e bancos	12.382	-	-	12.382
Equivalente de caixa	58.741	-	-	58.741
Aplicações	109.405	(9.077)	-	118.482
Créditos das operações com seguros e resseguros	108.321	-	-	108.321
Prêmios a receber	1.040	-	-	1.040
Operações c/seguradoras	44	-	-	44
Operac. com resseguradoras	-	(9.077)	-	9.077
Outros créditos operacionais	9.077	9.077	-	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	5.840	4.332	-	1.508
Titulos e créditos a receber	5.326	-	-	5.326
Titulos e créditos a receber	144	-	-	144
Créditos tribut. e previd.	111	-	-	111
Outros créditos	5.071	-	-	5.071
Outros valores e bens	11.230	-	-	11.230
Bens a vendã	10.898	-	-	10.898

Ativo	Balancos Patrimoniais em 31/12/2012, 2011 e 2010			
	Circ. 430 31/12/2011	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Circ. 424 31/12/2011
Outros valores	332	-	-	332
Despesas antecipadas	3.085	-	-	3.085
Custos de aquis. diferidos	52.412	-	-	52.412
Seguros	52.412	-	-	52.412
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	-	(4.332)	-	4.332
Ativo não circulante	299.951	-	(169.158)	469.109
Realizável a longo prazo	292.528	-	-	292.528
Aplicações	179.724	-	-	179.724
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4.120	4.120	-	-
Titulos e créditos a receber	99.003	-	-	99.003
Créditos tributários e previdenciários	35.674	-	-	35.674
Depósitos judic. e fiscais	63.185	-	-	63.185
Outros créditos operac.	144	-	-	144
Custos de aquis. diferidos	9.681	-	-	9.681
Seguros	9.681	-	-	9.681
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	-	(4.120)	-	4.120
Investimentos	377	-	-	377
Imóveis destinados a renda	348	-	-	348
Outros investimentos	29	-	-	29
Imobilizado	5.498	-	-	5.498
Imóveis de uso próprio	2.557	-	-	2.557
Bens móveis	2.941	-	-	2.941
Intangível	1.311	(169.158)	-	170.469
Outros intangíveis	1.311	(169.158)	-	170.469
Diferido	237	-	-	237
Total do Ativo	570.244	-	(169.158)	739.402
Passivo	570.244	-	-	570.244
Circulante	354.124	-	-	354.124
Contas a pagar	29.065	-	-	29.065
Obrigações a pagar	1.816	-	-	1.816
Impostos e encargos sociais a recolher	7.622	-	-	7.622

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011

(Reapresentado) (Em MR\$)

estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulares. **Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. A Companhia não designou nenhum ativo ou passivo financeiro através do "Fair Value Option" na adoção inicial dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e durante o período de divulgação destas demonstrações financeiras. **iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** A Companhia classifica os ativos financeiros nesta categoria segundo o prazo de vencimento ou intenção de administração da Companhia. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles instrumentos não derivativos com valores a receber fixos ou pré-determinados e com vencimentos fixos (exceto aqueles que atendam à definição da categoria "empréstimos e recebíveis") onde a Administração possui a intenção e a habilidade de manter o ativo até a data de vencimento. Estes ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente avaliados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros ("EIR method"). A recuperabilidade ("Impairment") destes ativos é avaliada a cada data de balanço e é constituída provisão para perda quando há evidência objetiva de que a Companhia não terá a habilidade de receber todos os valores devidos pela contraparte em conformidade com os termos contratuais estabelecidos (veja nota explicativa nº 3.1. de "Impairment" de ativos financeiros). **iv. Recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Companhia compreendem as demais contas a receber e caixas e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável ("Impairment") a cada data de balanço (vide política contábil na nota explicativa nº 3.1.). **v. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de título de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com o método de custo amortizado. Os ganhos ou perdas em decorrência de ganhos ou perdas não realizados são lançados contra o patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de "Impairment" na nota explicativa nº 3.1.). **vi. Determinação de valor justo de ativos:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em "bid price". Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado. **vii. Ativos não financeiros mantidos para venda:** A Companhia detém certos ativos não financeiros mantidos para venda que são oriundos da realização de garantias de operações de crédito (empréstimos e financiamentos) concedidas a clientes, bem como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados à venda dos ativos e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados são consideradas como um elemento do fluxo de caixa no teste, deduzidas do montante já constituído no ativo. **d) Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio é utilizado para a condução dos negócios da Companhia e compreende: imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, e veículos. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico de aquisição, até dezembro de 2008 (terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado, com base em avaliações efetuadas por peritos independentes). Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs com senção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações contábeis. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 12. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um ativo imobilizado ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração reconhece a perda de valor quando a realidade de manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advinda pela Lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **e) Ativos intangíveis:** **i. Softwares:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável conduzir o software para que ele esteja disponível para uso; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com razoável precisão. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliadas para "Impairment" periodicamente pela Companhia. **ii. Licenças de uso de software adquiridos:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos. **f) Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros ("Impairment") i. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados):** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo (ou grupo de ativos) classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis apresenta perda de seu valor recuperável ("Impairment"). Para esta análise a Companhia utiliza diversos fatores, observáveis que incluem: Dificuldade de acesso do devedor; • Quebra do devedor; • Quebra do emissor ou do devedor; • Não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado título de um mercado ativo; • Informações observáveis que indicam uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos, embora esta redução não possa ser atribuída para os ativos individualmente não significativos. Para avaliação da perda do valor recuperável de ativos financeiros classificados como empréstimos ou recebíveis, a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de perda de valor para ativos individualmente significativos. Se não existe evidência de que um ativo individualmente significativo apresentou perda de seu valor, a Companhia poderia, segundo essa metodologia, incluir o ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e acessar este ativo para avaliar o risco de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados com base coletiva. Para esta análise a Companhia avalia a possibilidade de perda de valor com base em características de risco de crédito, como por exemplo: ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos que são avaliados para perda de seu valor recuperável em uma base individual não são incluídos na base de cálculo coletiva. A Companhia designa os prêmios a receber nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como: cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontado ao custo efetivo de juros. O valor presente dos fluxos de caixa futuros é reconhecido como o valor contábil (uma provisão) no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Companhia utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo do "Impairment". **ii. Ativos avaliados ao valor justo:** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como "disponível para venda" apresenta evidências individuais de perda ao seu valor recuperável. No caso de investimentos em instrumentos de capital a Companhia avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo em relação ao seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. As perdas para redução ao valor recuperável em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de capital que são recuperáveis, a Companhia demonstra a reversão de seu valor justo no instrumento financeiro aumar, e se o aumento puder ser objetivamente revertido, o seu valor é ajustado para o valor de mercado quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. **i) Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro:** **i. Avaliação de ativos de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de amortização do risco de seguro. **ii. Passivos de contratos de seguro:** A Companhia utiliza as diretrizes da Circular SUSEP nº 430/12 para avaliação a longo prazo de ganhos e conversão das demonstrações financeiras. A Companhia não aplicou os princípios de Contabilidade Reflexa (ou "Shadow Accounting"), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para venda, segundo o CPC 38, que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro, segundo as práticas contábeis brasileiras anteriormente aplicadas. A Companhia não identificou provisões para catástrofes não permitidas na data de adoção do CPC 11. **j) Provisões técnicas - seguros:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em Notas Técnicas Atuariais - NTA. A Despesa de Comercialização Diferida - DCD é constituída pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedecem o risco de vigência dos contratos de seguros. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PNG é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de "run-off" de prêmios emitidos, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela seguradora, porém ainda não emitidos. A Provisão de Complemento de Prêmios - PCP é calculada "pro rata" dia, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, o seu valor é a diferença entre a média da soma dos valores apurados diariamente e a PNG constituída. A Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências das provisões de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. As estimativas baseiam-se na projeção dos valores futuros de direitos e obrigações considerando-se hipóteses e premissas em função do comportamento da carteira. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla também a Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Reportados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofreram até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. **k) Passivos financeiros:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros pré-determinada (ou explicita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, que seria similar aquela cobrada por uma instituição bancária para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para este propósito. **l) Teste de adequação dos passivos (LAT - "Liability Adequacy Test"):** A Circular SUSEP nº 457/12, instituiu o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para fins de classificação de contratos de seguros em ativos financeiros e de produtos de seguro para sua realização. Segundo esta Circular, a Companhia deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida na PIP ou em qualquer outra provisão que venha a substituí-la. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 457/12, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas, mensurados na data-base de 31 de dezembro de 2012, descontados pela relevante estrutura de custos da taxa de juros de referência da SUSEP. O modelo de avaliação de adequação dos passivos é baseado no modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuário do Teste de Adequação de Passivos da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2012, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição

diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/12. **m) Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros:** Ativos e passivos financeiros somente são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos junto a contraparte e quando a Companhia possui a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente. A Companhia não apresentou ativos e passivos de forma líquida para essa demonstração. **n) Outros provisões, ativos e passivos contingentes:** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Companhia constitui provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza civil, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo contestada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os passivos contingentes de processos de sinistros, civis e trabalhistas são atualizados conforme o artigo 772 da Lei nº 10.406/02. **o) Capital social:** As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Companhia não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. **p) Políticas contábeis para reconhecimento de receitas e despesas:** **i. Reconhecimento de prêmio recebido de contratos de seguro:** As receitas e custos relacionados aos contratos de seguro são reconhecidos proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Para contratos de investimento, a Companhia não reconhece os prêmios recebidos (ou pagos, para prêmios de resseguro) no resultado do exercício, utilizando o método de contabilidade de depósito aplicável para ativos e passivos financeiros. O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. **ii. Receita de juros e dividendos recebidos:** As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda do seu valor recuperável ("Impairment"), a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **q) Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais a adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% (vide nota explicativa nº 19.8.). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (edifícios), cujo montante será transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "liability method") segundo o CPC 32 sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas

para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. **4. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **i. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O passivo de seguro da Companhia é o componente de uma Administração mais utilizativa estimativas e julgamentos, pois existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Companhia utiliza as fontes de informação internas e externas disponíveis, tais como: sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segundo já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Companhia divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 5.1. **ii. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências tributárias, civis e trabalhistas:** A Companhia possui processos judiciais fiscais, civis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras, que são registrados em conformidade com o CPC 25. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, levam em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza sua melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões. **iii. Cálculo de valor justo de ativos financeiros:** Conforme requerido pelo CPC 39, a Companhia aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias "disponíveis para a venda" e ativos "ao valor justo através do resultado". Nesse processo a Companhia estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Companhia divulga na nota explicativa nº 5.3., informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado. As análises de sensibilidade para estas premissas são divulgadas na nota explicativa nº 5.3. **iv. Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários:** Impostos de diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. Essa estimativa é divulgada na nota explicativa nº 9. **5. Gerenciamento de riscos:** A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera esta estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: Para proporcionar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Companhia dispõe das áreas de Auditoria Interna e Governança Corporativa, responsável por controles internos, SOX, compliance e normas. Para administrar os riscos aos quais a Companhia está exposta, são efetuados periodicamente comitês de precificação e de reservas de sinistros, sendo que para a gestão do risco de crédito a Companhia dispõe de diversos mecanismos gerenciais, tais como: relatórios de monitoramento de índices de inadimplência. **5.1. Gestão de risco de seguro:** Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O Departamento Atuária junto às áreas de subscrição da Companhia, além de monitorar a adequação de preços de suas principais linhas de negócio, desenvolve modelos e políticas de precificação que permitem à Companhia diferenciar de forma mais justa os preços cobrados de cada um de seus clientes. Além disso, por meio de seu Departamento de Resseguros, a Companhia busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos e considerando a posição do parceiro ressegurador na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais. A cobertura de prêmio e resseguro por área geográfica está evidenciada na nota explicativa nº 19.1. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para nossos principais segmentos de seguro:

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Quantidade de segurados/ itens	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Quantidade de segurados/ itens	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Quantidade de segurados/ itens
Modalidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	38.593	38.578	40.004	39.947	36.841	36.771
Pessoas	1.505	1.499	1.230	1.228	537	537
Demais ramos	1.526	1.234	783	565	-	-
Total	41.620	41.311	42.017	41.740	37.378	37.308

a) Esses montantes representam os valores máximos indenizáveis, em caso de sinistros cobertos, para cada um dos riscos emitidos e vigentes nas respectivas datas-base. Tais valores são calculados por meio da soma das Importâncias Seguradas de coberturas mutuamente exclusivas, ou seja, no caso de um seguro patrimonial, não se soma a Importância Segurada de Roubo de Bens, quando existe para o mesmo risco uma cobertura de incêndio para prédio e conteúdo. Para efeito de testes de sensibilidade, foram consideradas as premissas de sinistralidade e despesas administrativas. Demonstramos abaixo os resultados dos testes de sensibilidade:

Impactos no resultado e no patrimônio líquido					
31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
(17.498)	(277)	(15.971)	(947)	(15.971)	(947)
(5.954)	(5.954)	(5.849)	(5.849)	(5.849)	(5.849)
(23.452)	(6.231)	(21.820)	(6.796)	(21.820)	(6.796)

Premissas
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada
Aumento de 10% nas despesas administrativas

Total
Os quadros abaixo demonstram os contratos de resseguro vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 na Companhia:

Prêmios emitidos	31/12/2012		31/12/2011		%	
	Prêmios emitidos	% Ressegurado	Prêmios emitidos	% Ressegurado	Prêmios emitidos	% Ressegurado
Ramo	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Automóvel	344.734	357.930	4.705	5.779	1%	2%
Demais ramos	5.829	2.364	826	1.064	14%	45%
Vida em grupo	5.130	5.685	18	12	0%	0%
Total	355.693	365.979	5.549	6.855	2%	2%

a) A tabela abaixo apresenta a discriminação dos resseguradores:

Classe	Categoria de Risco	Prêmio cedido		%	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Liberty Mutual Insurance Company	Admitido	121	810	2%	12%
Liberty Syndicates	Admitido	-	94	0%	1%
Alterra Resseguradora do Brasil S.A.	Local	27	-	0%	0%
Austral Resseguradora S.A.	Local	1	-	0%	0%
Irb Brasil Resseguradoras S.A.	Local	4.999	5.951	90%	87%
MAMPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros	Local	3	-	0%	0%
Munchener Ruck do Brasil Resseguradora S.A.	Local	299	-	7%	0%
Total		5.549	6.855	100%	100%

Abaixo demonstramos as provisões técnicas de resseguro:

Ramo	PPNG		PPNG-RVNE		PSL		IBNR		Outros	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Automóvel	7.935	7.360	53	132	109	34	-	15	4	37
Demais ramos	18	893	11	16	1.089	872	185	188	22	2
Vida em grupo	478	8	-	-	102	-	-	-	-	-
Total	8.831	8.261	65	152	1.205	1.008	213	244	26	39

Ramo
Automóvel
Demais ramos
Vida em grupo
Total

PPNG	PPNG-RVNE	PSL	IBNR	Outros
5.041	2	501	-	-
-	34	1.046	1	2
-	17	411	-	8
5.041	53	1.958	1	10

Não foram identificadas evidências objetivas para a constituição de redução a valor recuperável nas operações de resseguro realizadas pela Companhia no período. **5.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez:** A Companhia está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes gestões de risco: a) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado dos ativos; b) Risco de liquidez, que está associado a uma variação desfavorável de retorno, devido à falta de negociabilidade de um instrumento financeiro por preços alinhados com vendas recentes, ou que possa resultar em eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações da Companhia; c) Risco de crédito, associado às possíveis perdas que o credor possa ter caso o devedor (contraparte) não honre com os seus compromissos. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos e títulos privados de alta liquidez. A tabela a seguir apresenta o fluxo de caixa de todas as classes de ativos e passivos financeiros, e contratos de seguro detidos pela Companhia.

Composição da carteira

Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro
- Disponíveis para venda
Ativos pré-fixados
Públicos
Privados
Ativos pós-fixados
Públicos
Privados
Índices de inflação
Fundos e reservas retidos pelo IRB
- Recebíveis, pré-fixados
Prêmios a receber de segurados
Valores a receber de operações de seguros e resseguros
Outros
- Ativos de resseguro
- Caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro

Sem Vencido.	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total	Saldo contábil 31/12/2012
-	-	-	-	70.879	109.638	180.517	180.517
-	10.067	-	-	-	-	10.067	10.067
-	-	-	26.992	-	13.013	40.005	40.005
-	-	1.557	-	-	-	1.557	1.557

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011

(Reapresentado) (Em MRS)

31/12/2012				
Ativos financeiros Disponíveis para venda	Total	Variação		Impactos no resultado e no patrimônio líquido
		Premissa	%	
Pré-fixado	199.618	pré-fixada (10,0%)	(2.130)	(1,1%)
Pós-fixado	43.639	Taxa selic (10,0%)	(284)	(0,1%)
		Índice de preços (10,0%)	(328)	(0,8%)
		Não há	-	0,0%
Total	255.467		(2.742)	(1,1%)

31/12/2011				
Ativos financeiros Disponíveis para venda	Total	Variação		Impactos no resultado e no patrimônio líquido
		Premissa	%	
Pré-fixado	173.005	pré-fixada (10,0%)	(2.112)	(1,2%)
Pós-fixado	40.547	Taxa selic (10,0%)	(447)	(0,3%)
		Índice de preços (10,0%)	(316)	(0,8%)
		Não há	-	0,0%
Total	238.465		(2.875)	(1,2%)

01/01/2011				
Ativos financeiros Disponíveis para venda	Total	Variação		Impactos no resultado e no patrimônio líquido
		Premissa	%	
Pré-fixado	135.357	pré-fixada (10,0%)	(1.542)	(1,1%)
Pós-fixado	32.290	Taxa selic (10,0%)	(347)	(0,3%)
		Índice de preços (10,0%)	(429)	(1,3%)
		Não há	-	0,0%
Total	194.437		(2.318)	(1,2%)

5.4. Gestão de risco de crédito: A Companhia possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Consequentemente, existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito igual ou superior a aqueles estabelecidos na política. O saldo de contas a receber está distribuído entre diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total dos prêmios líquidos, nem do saldo a receber. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para perdas sobre créditos, segundo a Circular nº 430/12. A política de investimentos da Companhia apresenta as seguintes premissas: preservação do capital, a maximização de retorno dentro dos limites da prudência, liquidez, cobertura de reserva, margens de solvência e desempenho estável e previsível. Seguindo a política de investimentos, a Administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Companhia pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Companhia adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco esteja entre "AAA" até "BB", ou seja, bancos que apresentem solidez financeira de excepcional até adequada, conforme quadro abaixo. A aplicação de recursos da Companhia se dá através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI, em investimentos com alta liquidez e segurança. Apresentamos abaixo um quadro contendo a segregação dos ativos constantes na carteira de investimentos pelos seus respectivos ratings de escala internacional da Standard & Poor's. Para os títulos que não possuem rating em escala internacional, foi utilizada a escala nacional de classificação, também divulgada pela Standard & Poor's. Os títulos que não possuem rating foram classificados no grupo "sem rating".

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Escala Nacional		Escala Internacional		Saldo contábil 31/12/2012
	brAAA	A	BBB	Sem rating	
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro					
- Disponíveis para venda					
Ativos pré-fixados					
Públicos			180.517	-	180.517
Privados	10.067	-	-	-	10.067
Ativos pós-fixados					
Públicos			40.006	-	40.006
Privados			-	1.557	1.557
Índices de inflação			23.264	-	23.264
Fundos e reservas retidos pelo IRB			-	56	56
- Recebíveis					
Prêmios a receber de segurados			101.475	-	101.475
Valores a receber de operações de seguros e resseguros			2.046	-	2.046
Outros			4.466	-	4.466
- Ativos de resseguro		727	-	-	10.343
- Caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)		-	5.036	-	11.874
Exposição máxima ao risco de crédito	10.067	727	248.823	126.054	385.671

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Escala Nacional		Escala Internacional		Saldo contábil 31/12/2011
	brAAA	A	BBB	Sem rating	
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro					
- Disponíveis para venda					
Ativos pré-fixados					
Públicos			163.880	-	163.880
Privados		9.125	-	-	9.125
Ativos pós-fixados					
Públicos			38.785	-	38.785
Privados			-	1.762	1.762
Índices de inflação			24.858	-	24.858
Fundos e reservas retidos pelo IRB			-	55	55
- Recebíveis					
Prêmios a receber de segurados			108.321	-	108.321
Valores a receber de oper. de seguros e resseguros			1.084	-	1.084
Outros			9.077	-	9.077
- Ativos de resseguro			-	9.960	9.960
- Caixa e equival. de caixa (vide nota explicativa nº 6)			12.382	-	15.177
Exposição máxima ao risco de crédito	9.125	239.905	133.054	382.084	

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Escala Nacional		Escala Internacional		Saldo contábil 01/01/2011
	brAAA	A	BBB	Sem rating	
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro					
- Disponíveis para venda					
Ativos pré-fixados					
Públicos			127.417	-	127.417
Privados	7.940	-	-	-	7.940
Ativos pós-fixados					
Públicos			24.310	-	24.310
Privados			-	2.566	7.980
Índices de inflação			26.735	-	26.735
Fundos e reservas retidos pelo IRB			-	55	55
- Recebíveis					
Prêmios a receber de segurados			107.692	-	107.692
Valores a receber de operações de seguros e resseguros			3.116	-	3.116
Outros			9.163	-	9.163
- Ativos de resseguro			-	1.959	1.959
- Caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)			21.929	-	27.134
Exposição máxima ao risco de crédito	7.940	200.391	129.956	343.701	

5.5. Gestão de risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia. A estratégia de gestão de risco de capital consiste na maximização do valor do capital da Companhia por meio da diversificação de suas operações nos diferentes ramos de seguros e canais de vendas, e da melhoria contínua dos processos de precificação e subscrição, com o objetivo de otimização do resultado técnico. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia. Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; e (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o exercício, a Companhia não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. Os detalhes do cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão representados no quadro a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Patrimônio líquido	153.272	276.845	262.846
Deduções:			
Despesas antecipadas	(1.284)	(3.085)	(2.611)
Crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa (vide nota explicativa nº 9.a.)	(1.574)	-	-
Ativos intangíveis	(1.496)	(1.311)	-
Ativos diferidos	(155)	(237)	-
Patrimônio líquido ajustado	148.763	272.212	260.235
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	70.029	71.825	70.312
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	72.579	71.659	65.890
Margem de solvência (a)	72.579	71.825	70.312
Capital base - CB	15.000	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	79.536	83.048	72.949
Capital adicional - risco de crédito	11.562	11.296	-
Correlação	(5.195)	(5.101)	-
Capital mínimo requerido - CMR (b)	100.903	104.234	87.940
Patrimônio líquido ajustado	148.763	272.212	260.235
(-) Exigência de capital - EC (maior entre (a) ou (b))	100.903	104.234	87.949
Suficiência de capital	47.860	167.978	172.286
Suficiência de capital (% da EC)	47,43%	161,15%	195,89%

5.6. Gestão de risco operacional: A estrutura de gerenciamento de risco operacional da Companhia também compreende as áreas de Auditoria Interna e de Governança Corporativa. A área de Auditoria Interna, entre suas responsabilidades e objetivos, avalia: • O nível de aderência às políticas internas e regulamentos; • A efetividade dos sistemas de controles para minimizar os riscos de negócios derivados da aplicação de tecnologia, incluindo revisões de controles gerais, softwares, infraestrutura tecnológica e processos integrados de negócios; e • A acuracidade e a confiança que pode ser depositada nas informações geradas. A área de Governança Corporativa tem como objetivos: • Monitorar e assegurar, em conjunto com as demais áreas da Companhia, a implantação, adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da Companhia, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, como também disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis, regulamentos vigentes, e alinhamento com as melhores práticas internacionais; • Garantir aderência aos fatores relacionados acima, através de mecanismos que tentam reduzir ou eliminar possíveis conflitos de interesse; e • Estabelecer princípios e elementos relacionados com políticas internas, objetivando a transparência das informações e proteção dos acionistas, clientes, funcionários e demais interessados.

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
6. Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa	6.835	2.792	5.202
Bancos	6.838	2.795	5.205
Total de disponível	13.673	5.587	10.407
Equivalentes de caixa - Vinculados	2.057	9.628	19.455
Equivalentes de caixa - Não vinculados	2.979	2.754	2.474
Total de equivalentes de caixa	5.036	12.382	21.929

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalentes de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa e equivalentes de caixa dados para garantia a terceiros. **7. Ativos financeiros:** A composição dos títulos classificados como disponíveis para venda, comparando seu valor de mercado com o seu valor de curva, está representada no quadro abaixo:

	Investimento atualizado	Ajuste de mercado	Valor de mercado	%	Taxa de juros
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa					
Letras financeiras do tesouro - LFT	42.082	-	42.082	16,5%	Selic
Letras do tesouro nacional - LTN	52.470	403	52.873	20,7%	Pré-fixado (TJ)
Notas do tesouro nacional - NTN - Série B	11.751	403	12.154	4,8%	IPCA
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	130.866	5.812	136.678	53,5%	Pré-fixado (TIR)
Títulos privados					
CDBs	1.557	-	1.557	0,6%	Pós-fixado
Debêntures	10.059	8	10.067	3,9%	Pré-fixado
Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 16.1)	56	-	56	0,0%	-
Total	248.841	6.626	255.467	100%	

	Investimento atualizado	Ajuste de mercado	Valor de mercado	%	Taxa de juros
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa					
Letras financeiras do tesouro - LFT	38.785	-	38.785	16,3%	Selic
Letras do tesouro nacional - LTN	24.421	198	24.619	10,3%	Pré-fixado (TJ)
Notas do tesouro nacional - NTN - Série B	24.669	189	24.858	10,4%	IPCA
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	136.437	2.824	139.261	58,4%	Pré-fixado (TIR)
Títulos privados					
CDBs	1.764	(2)	1.762	0,7%	Pós-fixado
Debêntures	8.927	198	9.125	3,8%	Pré-fixado
Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 16.1)	55	-	55	0,0%	-
Total	235.058	3.407	238.465	100%	

	Investimento atualizado	Ajuste de mercado	Valor de mercado	%	Taxa de juros
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa					
Letras financeiras do tesouro - LFT	24.313	(73)	24.310	10,2%	Selic
Letras do tesouro nacional - LTN	66.499	(3)	66.326	27,8%	Pré-fixado (TJ)
Notas do tesouro nacional - NTN - Série B	26.707	28	26.735	11,2%	IPCA
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	61.412	(321)	61.091	25,6%	Pré-fixado (TIR)
Títulos privados					
CDBs	2.570	(4)	2.566	1,1%	Pós-fixado
Debêntures	13.335	19	13.354	5,6%	Pré-fixado
Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 16.1)	55	-	55	0,0%	-
Total	194.891	(454)	194.437	82%	

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2010 e 2012:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2011	194.437		
(+) Aplicações	134.452	-	-
(-) Resgates	(119.376)	-	-
(+) Rendimentos	25.092	-	-
(+) Variação ajuste de mercado	3.860	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	238.465		
(-) Aplicações	92.261	-	-
(-) Resgates	(103.642)	-	-
(+) Rendimentos	25.164	-	-
(+) Variação ajuste de mercado	3.219	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	255.467		

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia operação envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Companhia. **8. Prêmios a receber:**

Ramo	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Automóvel	98.413	105.544	105.632
Vida em grupo	3.444	3.261	2.782
Demais ramos	809	1.043	500
Subtotal	102.666	109.848	108.914
(-) Redução ao valor recuperável	(1.191)	(1.527)	(1.222)
Total	101.475	108.321	107.692

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O prazo médio de parcelamento dos prêmios diretos da Companhia é de aproximadamente 5 meses. Adicionalmente a Companhia avalia periodicamente os valores registrados na rubrica "Redução ao valor recuperável" para os prêmios que encontram-se, líquido de comissão a pagar e IOF. O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 31 de dezembro de 2010 e 2012:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Prêmios pendentes em 1º de janeiro de 2011	107.692		
(+) Prêmios emitidos líquidos	365.979	-	-
(-) Recebimentos e cancelamentos	(365.350)	-	-
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2011	108.321		
(+) Prêmios emitidos líquidos	355.693	-	-
(-) Recebimentos e cancelamentos	(362.539)	-	-
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2012	1		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31/12/2011

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos componentes dos prêmios a receber e de apólices de risco a decorrer. **16.2. Desenvolvimento de sinistros ocorridos:** A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Valores brutos de resseguro judiciais						
Mês/ano de ocorrência:	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Incorrido mais IBNR (i)						
Até a data base:	45	56	60	69	91	101
Um ano mais tarde:	55	59	67	89	97	
Dois anos mais tarde:	56	65	84	78		
Três anos mais tarde:	61	80	74			
Quatro anos mais tarde:	72	72				
Cinco anos mais tarde:	68					
Posição em 31 de dezembro de 2012	(68)	(72)	(74)	(78)	(97)	(101)
Pago acumulado (i)						
Até a data base:	(17)	(25)	(32)	(43)	(49)	(55)
Um ano mais tarde:	(25)	(32)	(42)	(48)	(55)	
Dois anos mais tarde:	(31)	(42)	(47)	(53)		
Três anos mais tarde:	(40)	(46)	(52)			
Quatro anos mais tarde:	(44)	(50)				
Cinco anos mais tarde:	(48)					
Posição em 31 de dezembro de 2012	(48)	(50)	(52)	(53)	(55)	(55)
Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2012 (i)	20	22	22	25	42	46
Falta acumulada	(23)	(15)	(14)	(9)	(6)	(6)
% Falta acumulada	-48%	-31%	-28%	-17%	-11%	

Valores brutos de resseguro não judiciais						
Mês/ano de ocorrência:	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Incorrido mais IBNR (i)						
Até a data base:	1.679	1.873	2.070	2.258	2.495	2.700
Um ano mais tarde:	1.680	1.871	2.070	2.261	2.500	
Dois anos mais tarde:	1.679	1.870	2.071	2.264		
Três anos mais tarde:	1.679	1.871	2.075			
Quatro anos mais tarde:	1.679	1.876				
Cinco anos mais tarde:	1.687					
Posição em 31 de dezembro de 2012	1.687	1.876	2.075	2.264	2.500	2.700
Pago acumulado (i)						
Até a data base:	(1.631)	(1.818)	(2.018)	(2.209)	(2.427)	(2.630)
Um ano mais tarde:	(1.670)	(1.862)	(2.062)	(2.252)	(2.472)	
Dois anos mais tarde:	(1.674)	(1.865)	(2.065)	(2.253)		
Três anos mais tarde:	(1.675)	(1.866)	(2.066)			
Quatro anos mais tarde:	(1.676)	(1.867)				
Cinco anos mais tarde:	(1.676)					
Posição em 31 de dezembro de 2012	(1.676)	(1.867)	(2.066)	(2.253)	(2.472)	(2.630)
Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2012 (i)	11	10	10	10	29	70
Falta acumulada	(8)	(3)	(5)	(6)	(6)	(6)
% Falta acumulada	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Valores líquidos de resseguro judiciais						
Mês/ano de ocorrência:	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Incorrido mais IBNR (i)						
Até a data base:	41	51	54	62	86	96
Um ano mais tarde:	50	53	61	80	92	
Dois anos mais tarde:	51	59	75	70		
Três anos mais tarde:	55	72	67			
Quatro anos mais tarde:	65	65				
Cinco anos mais tarde:	61					
Posição em 31 de dezembro de 2012	61	65	67	70	92	96
Pago acumulado (i)						
Até a data base:	(15)	(22)	(29)	(39)	(46)	(53)
Um ano mais tarde:	(22)	(29)	(38)	(44)	(52)	
Dois anos mais tarde:	(28)	(38)	(43)	(48)		
Três anos mais tarde:	(36)	(41)	(47)			
Quatro anos mais tarde:	(40)	(45)				
Cinco anos mais tarde:	(43)					
Posição em 31 de dezembro de 2012	(43)	(45)	(47)	(48)	(52)	(53)
Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2012 (i)	18	14	20	22	40	44
Falta acumulada	(20)	(10)	(13)	(8)	(6)	(6)
% Falta acumulada	-48%	-31%	-28%	-17%	-11%	

Valores líquidos de resseguro não judiciais						
Mês/ano de ocorrência:	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Incorrido mais IBNR (i)						
Até a data base:	1.653	1.845	2.039	2.249	2.491	2.692
Um ano mais tarde:	1.655	1.842	2.039	2.252	2.497	
Dois anos mais tarde:	1.654	1.842	2.040	2.255		
Três anos mais tarde:	1.654	1.842	2.044			
Quatro anos mais tarde:	1.654	1.848				
Cinco anos mais tarde:	1.661					
Posição em 31 de dezembro de 2012	1.661	1.848	2.044	2.255	2.497	2.692
Pago acumulado (i)						
Até a data base:	(1.606)	(1.790)	(1.987)	(2.200)	(2.424)	(2.623)
Um ano mais tarde:	(1.644)	(1.834)	(2.031)	(2.243)	(2.468)	
Dois anos mais tarde:	(1.648)	(1.836)	(2.033)	(2.245)		
Três anos mais tarde:	(1.650)	(1.838)	(2.034)			
Quatro anos mais tarde:	(1.650)	(1.838)				
Cinco anos mais tarde:	(1.651)					
Posição em 31 de dezembro de 2012	(1.651)	(1.838)	(2.034)	(2.245)	(2.468)	(2.623)
Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2012 (i)	10	10	10	10	29	70
Falta acumulada	(8)	(3)	(5)	(6)	(6)	(6)
% Falta acumulada	0%	0%	0%	0%	0%	0%

(i) Não inclui movimentos dos sinistros dos ramos DPVAT, DPEN e SFH/SH, sinistros referentes a operações de Seguro Aceito, sinistros judiciais ocorridos há mais de 20 anos, sinistros administrativos ocorridos há mais de 10 anos e sinistros registrados na conta transitória de sinistros a liquidar. Nos últimos doze meses a Companhia tem estudado o comportamento de seus sinistros e implementado diversas alterações metodológicas visando a melhor estimativa de suas obrigações futuras. As principais alterações consistem em: (i) análises diferenciadas para sinistros administrativos e sinistros em discussão judicial, considerando que o desenvolvimento e premissas são distintas para cada um destes grupos de sinistros; (ii) constituição da IBNER (estimativa de provisão para sinistros já conhecidos mas não suficientemente avisados); (iii) desenvolvimento e aprimoramento de metodologia específica de cálculo da IBNR para sinistros judiciais de alto valor (entre 100 e 500 mil Reais). Vale a pena destacar que a Companhia, já a partir de janeiro de 2013, iniciou um processo periódico de reavaliação das reservas de sinistros a liquidar para processos judiciais. A medida visa principalmente, os processos com valores superiores a 500 mil Reais, que não são abrangidos pelas metodologias de IBNR. Destaca-se que as alterações implementadas tendem a diminuir significativamente os ajustes apontados nas estimativas dos sinistros ocorridos. Porém, como parte dos sinistros são de origem judicial, sempre haverá um percentual de correção no decorrer dos anos devido aos juros futuros que não são previamente provisionados. **16.3. Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de seguro e resseguro:** As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de passivos de contratos de seguro para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Passivo de contratos de seguro	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	290.227
(+) Novos contratos emitidos e sinistros avisados	258.808
(-) Riscos expirados/cancelados	7.264
(+) Pagamentos e recebimentos	(237.094)
(-) Atualizações monetárias e juros	228
Saldo em 31 de dezembro de 2011	319.433
(+) Novos contratos emitidos e sinistros avisados	186.951
(-) Riscos expirados/cancelados	1.621
(+) Pagamentos e recebimentos	(210.114)
(-) Atualização monetária e juros	15.870
Saldo em 31 de dezembro de 2012	313.761

17. Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. Com base nessas avaliações a Companhia provisionou o montante de R\$ 69.112 (R\$ 59.116 em 2011). Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Tributárias (a)	67.430	57.405	46.741
Cíveis (b)	1.132	1.111	894
Trabalhistas (c)	550	600	404
Total não circulante	69.112	59.116	48.039

(a) **Contingências tributárias:** A Companhia contesta judicialmente a exigibilidade de certos tributos e contribuições. Até a obtenção de sentença final favorável, os processos que se encontram na esfera judicial estão sendo provisionados na forma da legislação que instituiu a exigibilidade, levando em consideração o conceito de obrigação legal. As principais discussões são: • Processo de ICMS sobre salvados, sendo provisionado o valor de R\$ 3.658, (R\$ 3.348 em 2011) e depositado judicialmente pelo valor de R\$ 3.674 (R\$ 3.344 em 2011). Foi editado, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma súmula estabelecendo, em termos técnicos, que o ICMS não incide sobre a alienação de salvados de sinistros pelas seguradoras, em caso de sinistro, os valores provisionados serão revisados pela seguradora em concordância dos assessores jurídicos. • A Companhia possui provisão para o processo judicial da cobrança do IPTA pela Fazenda do Estado de São Paulo sobre a transferência de propriedade de veículos salvados no montante de R\$ 542 (R\$ 500 em 2011). • A Companhia contesta a cobrança de ISS - Impostos sobre serviços retido na fonte pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no valor de R\$ 342, o qual encontra-se provisionado em 2012. • A Companhia ainda discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e obteve perante o Tribunal Regional Federal da 3ª região, em fevereiro de 2006, liminar para depositar em juízo o valor relativo a COFINS, cujos valores não recolhidos estão provisionados na rubrica "Provisões Judiciais" no montante de R\$ 61.254 (R\$ 51.923 em 2011) e depositados em juízo no montante de R\$ 60.451 (R\$ 50.823 em 2011). Para este processo, a Companhia obteve trânsito em julgado favorável em 2012 para o não recolhimento da COFINS sobre receitas financeiras e demais receitas, assim, os depósitos em juízo estão sendo efetuados a partir de Fevereiro/12 considerando a base de cálculo das receitas de prêmios de seguros, mantendo-se os valores provisionados contabilmente pelo total das receitas. • Adicionalmente a Companhia constitui provisão e depósito judicial no montante de R\$ 1.634 (R\$ 1.634 em 2011), em função de perda na discussão de auto de infração na esfera administrativa, relacionado à dedução das despesas financeiras e adição de outras receitas operacionais na base de cálculo do PIS, correspondente ao período de março a dezembro de 1998 e exercício de 2002.

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Perda provável	5	67.430	67.430
Total	5	67.430	67.430

(b) **Contingências cíveis:** As ações cíveis imputadas por segurados são relacionadas, em sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial, ou que foram negados pela Companhia, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 1.132 (R\$ 1.111 em 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Perda provável	137	3.306	1.132
Perda possível (*)	-	-	-
Perda remota	26	16.425	13
Total	163	19.731	1.132

(*) Refere-se a ações que estão sob discussão judicial onde a Administração avaliou perdas históricas e os riscos envolvidos para constituição da provisão. (c) **Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 550 (R\$ 600 em 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Perda provável	8	660	550
Perda remota	4	620	-
Total	12	1.280	550

A movimentação das contingências passivas foram:

Contingências			
Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
46.741	894	404	48.039
-	(507)	(24)	(531)
-	231	26	257
-	71	2	73
10.664	871	228	11.763
-	1	192	193
-	(140)	3	(137)
-	76	(5)	71
-	(83)	(83)	(166)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	57.405	1.111	600
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	67.430	1.132	550

18. Capital social e reservas: (a) **Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 111.199 (R\$ 111.199 em 2011 e R\$ 109.410 em 2010) e está representado por 21.005.664 ações nominativas e sem valor nominal (21.005.664 ações em 2011 e 18.422.347 em 2010), com • 14.130.664 (14.130.664 em 2011 e 11.547.347 em 2010) ações ordinárias; • 6.875.000 (6.875.000 em 2011 e 2010) ações preferenciais. (b) **Reserva de reavaliação:** Refere-se à reavaliação dos imóveis, líquidos dos efeitos tributários e das realizações mensais da reserva que serão mantidas até a sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de reavaliação de imóveis totalizou R\$ 1.021 (R\$ 1.080 em 2011 e 1.198 em 2010). (c) **Dividendos:** O estatuto da Companhia prevê a distribuição de

Bruto de resseguro			
	Sinistro retido	Sinistralidade	
31/12/2012	214.417	248.479	62%
31/12/2011	1.284	1.357	27%
31/12/2012	2.594	(1.069)	53%
31/12/2011	218.295	248.767	61%

19.4. Amortização de despesa de comercialização diferida - DCD: Abaixo demonstramos a abertura da despesa de amortização de DCD de contratos de seguro:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Automóvel	97.196	101.535	28%	29%
Vida em grupo	2.180	1.474	46%	41%
Patrimonial	317	349	104%	104%
Demais ramos	1.198	173	26%	29%
Total	100.891	103.531	28%	29%

19.5. Resultado operacional:

Receitas operacionais	31/12/2012	31/12/2011
Despesas operacionais	(5.521)	(9.337)
Provisão para risco de créditos	314	(309)
Outras despesas com operação de seguros	(5.566)	(8.714)
Outras despesas	(269)	(314)
Total de resultado operacional	(5.521)	(9.334)

19.6. Despesas operacionais:

Despesas administrativas (19.6.1)	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com tributos (19.6.2)	(13.386)	(13.651)
Total	(74.952)	(74.897)

19.6.1. Despesas administrativas:

Despesa convênio com Liberty	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal	(35.298)	(32.070)
Localização e funcionamento	(13.206)	(16.143)</